



ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA E MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Eco Igrejas Portugal

Com base nos Indicadores de Sustentabilidade A ROCHA

Programa de apoio ao diagnóstico, plano de melhoria contínua e comunicação da sustentabilidade das comunidades cristãs

ENQUADRAMENTO DA PARCERIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECO IGREJAS PORTUGAL

1 Enquadramento geral e apresentação do programa Eco Igrejas Portugal

O programa *Eco Igrejas Portugal* é liderado por uma Organização Não Governamental de Ambiente - A ROCHA e tem como parceiros a Aliança Evangélica Portuguesa, o COPIC (Conselho Português de Igrejas Cristãs), a REDE Cuidar da Casa Comum e a Conferência Episcopal Portuguesa.

Este programa tem os seguintes objetivos gerais:

- Promover a ética da sustentabilidade, contida nos princípios ecoteológicos do cristianismo, na prática concreta das comunidades cristãs;
- Atender a uma adequada formação ao nível dos respetivos fundamentos bíblicos e teológicos, em particular no âmbito das gerações mais jovens, em ordem ao compromisso concreto na salvaguarda da criação;
- Partilhar exemplos de boas-práticas que possam ser tidos em conta na tomada de decisão orientada para a sustentabilidade ecológica das comunidades cristãs;
- Facilitar o acesso à opinião de peritos em transição ecológica que efetuem recomendações concretas no âmbito de uma ecologia sustentável e integral;
- Promover a comunicação da sustentabilidade das comunidades cristãs, locais de culto e equipamentos em Portugal;
- Criar impactos ambientais positivos de grande escala, não só através da participação dos públicos internos das comunidades cristãs, mas também do público em geral em ações ambientais concretas e mensuráveis;
- Contribuir para a mudança de estilos de vida na linha de uma ecologia sustentável e integral.

O programa *Eco Igrejas Portugal* baseia-se na introdução dos *Indicadores de Sustentabilidade A ROCHA* no contexto português. Estes indicadores constituem um instrumento de diagnóstico, educação e gestão ambiental/melhoria contínua e comunicação da sustentabilidade ecológica das comunidades cristãs. Foram originalmente desenvolvidos e implementados no Reino Unido, há mais de cinco anos, mas têm vindo a ser utilizados noutros países, como por exemplo em França no projeto *Église Verte*, no qual têm contado com uma forte adesão por parte das Igrejas (com mais de 550 comunidades com o selo verde) e apresentado impactos ambientais positivos. A disponibilização dos indicadores no contexto português carece de um trabalho que permita a sua aferição e adaptação às respetivas comunidades cristãs, bem como a organização de uma equipa de especialistas que efetue o acompanhamento em proximidade da sua utilização. Será ainda necessário desenvolver todo o trabalho de comunicação dos indicadores, não só para a adesão das comunidades cristãs à eco-certificação, como para a divulgação da sustentabilidade ambiental das comunidades cristãs em Portugal.

A pertinência de desenvolver o programa em Portugal neste momento prende-se com o facto de existirem já algumas comunidades de fé a adotarem as práticas operacionalizadas na multidimensionalidade dos indicadores de sustentabilidade A ROCHA, mesmo as mais exigentes do ponto de vista do envolvimento de recursos humanos e financeiros. Espera-se, assim, contribuir para dar visibilidade às comunidades que já adotam estas práticas ambientais, motivando-as para a melhoria contínua. Também consideramos que esta visibilidade e destaque poderão promover o mimetismo social entre as comunidades cristãs e outras no que respeita a tais práticas ambientais. Uma das lógicas desta proposta centra-se, assim, na ética do exemplo, na necessária coerência entre a defesa dos princípios teológicos e filosóficos (ética dos princípios) e a prática concreta das comunidades. A conversão ecológica não passa apenas pelo modo de pensar, mas também pelo modo de agir.

Outra das lógicas desta proposta é o seu carácter participativo, num trabalho e reflexão conjuntos, entre várias comunidades cristãs, assumindo o campo da ecologia integral como um caminho de testemunho comum. Acolhem-se assim as reflexões e apelos vindos de múltiplos quadrantes, desde o Conselho Mundial das Igrejas, ao Patriarca Bartolomeu I de Constantinopla, com a proposta do Tempo da Criação, ao Arcebispo de Cantuária Justin Welby, ou ao Movimento de Lausanne e a Aliança Evangélica Mundial com a Consulta Global sobre o Cuidado com a Criação (Jamaica, 2012), que desenvolve o Compromisso da Cidade do Cabo (2010), ou ainda ao papa Francisco, com a afirmação veemente da urgência da ecologia integral (*Laudato Si'*, de maio de 2015) e da construção de uma nova fraternidade (*Fratelli tutti*, outubro 2020). No mesmo sentido têm ido as assembleias ecuménicas mundiais e europeias que, desde 1974 em Bucareste (CEC, Com. Igreja e Sociedade), Conferência do C.M.I. em Seul de 1990 (lança o programa Justiça Paz e Integridade da Criação), Basileia (1989, com protestantes, católicos e ortodoxos) têm acentuado a centralidade do tema do respeito e cuidado pela criação com as dimensões da justiça e da paz, o mesmo vindo plasmado nos compromissos e desafios da *Charta Oecumenica* de 2001.

A já larga reflexão bíblico-teológica desenvolvida neste contexto tem contribuído para ultrapassar visões limitadas ou mesmo erradas da doutrina cristã acerca da criação, que foram muitas vezes pretexto para sustentar o domínio irracional e egoísta do ser humano sobre a natureza, alimentando representações sociais (*worldviews*) que têm contribuído para a crise ecológica em que nos encontramos.

Apesar de uma certa tendência na era da modernidade e pós-modernidade continuar a insistir no sentido da marginalização das religiões da esfera da vida pública, existe hoje também uma crescente consciência da importância do seu envolvimento nos problemas sociais e ambientais, reconhecendo-se o diálogo entre fé e cooperação inter-religiosas como oportunidade de trazer de volta e sedimentar os valores éticos que contribuem para recriar novas concepções do ser humano num universo sustentável, pacífico e justo.

Com efeito, a relevância de se trabalhar diretamente com as comunidades de fé para a proteção ambiental tem vindo a ser evidenciada por instituições como as Nações Unidas ou o Banco Mundial, que afirmam claramente a importância das redes entre as instituições da sociedade civil (lembramos a fundação de um dos parceiros, A ROCHA em 1983), assim como as organizações de fé, apontando-as como uma das 50 ações mais importantes para salvar o planeta (UNEP, 2016; World Bank, 2006). A importância desta ação prende-se com o facto de,

na atualidade, uma vasta maioria de pessoas serem membros de grupos religiosos, fundamentando o seu comportamento nos valores das respetivas tradições.

O desafio será assim o de integrar a preocupação e o cuidado com a casa comum, numa perspetiva integral, no quadro de tais princípios religiosos e espirituais, em ordem a conduzir a uma mudança de comportamentos e atitudes. Contrariando populismos e outro tipo de apropriações e manipulações das preocupações ambientais, as tradições religiosas podem conduzir, pelo contrário, a uma ética do cuidado, responsável e solidária.

Por seu lado, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nas suas diretrizes contidas no projeto *Faith for Earth* das Nações Unidas, apela à dimensão holística da sustentabilidade nos locais de culto. Isso significa que, para além da importância de introduzir melhorias do ponto de vista da poupança e salvaguarda de recursos e transição para uma economia circular nos locais de culto (templos, mosteiros, igrejas, santuários, espaços comunitários, quintas e reservas, entre outros), se devem também propor orientações de estilo de vida com base nos valores contidos nos princípios ecoteológicos e que se transmitem tanto em momentos de caráter celebrativo como formativos.

Apesar do reconhecimento do potencial dos princípios ecoteológicos como importantes elementos catalisadores da atuação ecológica, nem sempre as comunidades cristãs têm obtido bons resultados no seu papel de testemunhas e agentes de educação ecológica. Entre os vários fatores responsáveis por esta dificuldade, encontra-se o desconhecimento da reflexão bíblico-teológica no domínio da ecoteologia e da sua aplicação na área das ciências da vida e do ambiente. Outro problema identificado é a já referida incoerência que por vezes ainda se faz sentir entre estes mesmos princípios e a ação concreta das comunidades cristãs.

2. A implementação do programa

O programa *Eco Igrejas Portugal*, ao integrar um instrumento como os *Indicadores de Sustentabilidade A ROCHA*, permite efetuar uma avaliação da organização interna das comunidades cristãs numa perspetiva de melhoria contínua. O uso de indicadores de desempenho é prática corrente nos sistemas de gestão ambiental modernos, incluindo frequentemente dimensões de qualidade, ambiente e sociedade. Os indicadores permitem avaliar o estado e a evolução do desempenho das organizações, sendo uma ferramenta essencial para a melhoria contínua e facilitadores de uma comunicação clara e sintética, dentro e fora da organização, sobre o desempenho alcançado.

Apesar deste conjunto de indicadores ter como principal objetivo a avaliação interna numa perspetiva de melhoria contínua, também contribuirá para a medição e acreditação da sustentabilidade das comunidades cristãs pela sociedade em geral. Assim, embora a acreditação ecológica possa vir a estar disponível para um público mais vasto, o principal objetivo, numa primeira fase, é constituir uma ferramenta de gestão e de educação ecológica das comunidades cristãs.

A ferramenta que se propõe tem a vantagem de fornecer às comunidades cristãs uma *checklist* de boas práticas em várias dimensões:

- celebração e formação;
- gestão de edifícios;
- gestão de outras propriedades;
- envolvimento comunitário e global;
- estilos de vida.

Tal como as designações indicam, incluem-se critérios ambientais de medida direta, como aqueles que são utilizados para a adaptação dos edifícios, e de medida indireta, como são os indicadores sociais da sustentabilidade (por exemplo, critérios de escolha de fornecedores alinhados com os princípios de comércio justo e autenticidade, proteção dos valores naturais e patrimoniais, autenticidade sociocultural, exploração efetivamente sustentável dos recursos).

Uma etapa decisiva na adaptação dos *Indicadores de Sustentabilidade A ROCHA* e dos seus recursos (a *checklist* de boas práticas convertida numa escala de 5 pontos) é a seleção de itens que permitam assegurar a fiabilidade ou consistência interna dos indicadores, mas também a sua validade. A validade está relacionada com a metodologia para a sua agregação. Os resultados alcançados através dos indicadores devem permitir uma caracterização suficientemente clara da organização, quer para tomar decisões informadas, quer para proceder a comparações intra e interorganizações/dioceses/países.

Pretende-se que a metodologia permita, de forma transparente e rastreável, implementar um sistema de eco-certificação das comunidades cristãs e, ao mesmo tempo, promover a prática da comunicação dos indicadores alcançados, tanto em termos sincrónicos (em função dos vários subtópicos) como diacrónicos (evolução das práticas das comunidades ao longo do tempo). Como horizonte, pretende-se que tais resultados possam ser disponibilizados através de uma aplicação web.

3. Indicadores de impacto do programa

São múltiplos os indicadores de impacto possíveis deste programa que, por natureza, tem uma abrangência ecológica integral, tocando distintas dimensões, aqui apontadas apenas a título indicativo:

- Impacto ambiental – incentivo à descarbonização, economia circular e eficiente.
- Impacto social – apoio dos mais vulneráveis, combate à pobreza e às desigualdades sociais, o acolhimento e integração de minorias étnicas e de migrantes e a consolidação de comunidades de fé comprometidas com a construção de um mundo mais justo e fraterno.
- Impacto económico – melhorar o equilíbrio das contas das comunidades cristãs e aumentar a retenção de proventos económicos para a economia local.
- Impacto cultural - mudança de estilos de vida apoiados em novas maneiras de habitar e transformar o mundo, e para a salvaguarda e valorização do património material e imaterial.

4. Destinatários do Programa

O presente Programa apresenta-se como uma plataforma de colaboração em ordem à conversão ecológica e eco-certificação das comunidades cristãs em Portugal, aberto, pois, à pluralidade de expressões cristãs presentes no território nacional.

Tal facto não impede, antes sustenta e implica um diálogo com a sociedade civil, tanto ao nível de outras tradições religiosas, como com pessoas e instituições interessadas e empenhadas no mesmo cuidado com a casa comum e com a transformação de valores e comportamentos.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Este memorando tem como objetivo facilitar o bom entendimento e o compromisso entre as partes para a colaboração nas ações que conduzam ao desenvolvimento e concretização do Programa e rege-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Âmbito)

Este “Memorando de Entendimento” formaliza o compromisso e estabelece as bases para a colaboração das entidades implementadoras, doravante designadas por “Parceiros”, no âmbito do programa Eco Igrejas Portugal.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Parceiros)

Os Parceiros deste “Memorando de Entendimento” são os seguintes:

A ROCHA – Associação Cristã de Estudo e Defesa do Ambiente, com sede em Cruzinha – Apartado 41, 8501-903 Mexilhoeira Grande, pessoa coletiva n.º 503177440, legalmente representada por Maria da Conceição Braga de Almeida Santos, na qualidade de Presidente da Direção, à qual é atribuída a designação de **Entidade Parceira 1**;

A Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), com sede em Avenida Conselheiro Barjona de Freitas 16B, 1500-204 Lisboa, pessoa coletiva n.º 592 000 834, legalmente representada por António Francisco Lopes e Calaim, na qualidade de Presidente da Direção, à qual é atribuída a designação de **Entidade Parceira 2**;

O Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC), com sede em Rua Afonso de Albuquerque n.º 86, 4430-003 Vila Nova de Gaia, pessoa coletiva n.º 500 878 935, legalmente representado por José Jorge Tavares de Pina Cabral, na qualidade de Presidente da Direção, ao qual é atribuída a designação de **Entidade Parceira 3**;

A REDE Cuidar da Casa Comum, legalmente representada por Rita Maria Pardal Monteiro Coelho Beirão da Veiga, na qualidade de Coordenadora da Comissão Executiva, à qual é atribuída a designação de **Entidade Parceira 4**;

A CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (CEP), com sede na Quinta do Bom Pastor, Estrada da Buraca, 8-12, 1549-025 Lisboa, pessoa coletiva n.º 500939500, legalmente representada por D. José Ornelas Carvalho, Bispo de Setúbal, na qualidade de Presidente da CEP, à qual é atribuída a designação de **Entidade Parceira 5**.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Objetivos)

Os Parceiros deste “Memorando de Entendimento” comprometem-se a envidar todos os esforços para prosseguirem conjuntamente os seguintes objetivos:

- Promover a ética da sustentabilidade, contida nos princípios ecoteológicos do cristianismo, na prática concreta das comunidades cristãs;
- Atender a uma adequada formação ao nível dos respetivos fundamentos bíblicos e teológicos, em particular no âmbito das gerações mais jovens, em ordem ao compromisso concreto na salvaguarda da criação;
- Partilhar exemplos de boas-práticas que possam ser tidos em conta na tomada de decisão orientada para a sustentabilidade ecológica das comunidades cristãs;
- Facilitar o acesso à opinião de peritos em transição ecológica que efetuem recomendações concretas no âmbito de uma ecologia sustentável e integral;
- Promover a comunicação da sustentabilidade das comunidades cristãs, locais de culto e equipamentos em Portugal;
- Criar impactos ambientais positivos de grande escala, não só através da participação dos públicos internos das comunidades cristãs, mas também do público em geral em ações ambientais concretas e mensuráveis;
- Contribuir para a mudança de estilos de vida na linha de uma ecologia sustentável e integral.

Assumem assim esta dimensão do cuidado pela casa comum como um elemento fundamental e estruturante da sua própria identidade e missão, bem como um caminho para um testemunho comum e mais credível do Evangelho.

CLÁUSULA QUARTA

(Projetos, Candidaturas e outras ações concretas)

Para a concretização dos objectivos acima enunciados, os parceiros comprometem-se a desenvolver diversos projetos, candidaturas e outras ações, podendo implicar a redação de adendas ou outros documentos mais específicos, sempre enquadrados e celebrados à luz do presente Memorando. Nestes se descreverão os compromissos concretos assumidos por cada parceiro, bem como a estrutura de coordenação e gestão a adoptar em cada caso.

CLÁUSULA QUINTA

(Revisão)

A revisão do presente “Memorando de Entendimento” deve ter lugar em caso de saída ou entrada de novos parceiros ou quando se considere necessário proceder a uma eventual revisão do que nele se encontra estipulado.

CLÁUSULA SEXTA

(Vigência)

O presente “Memorando de Entendimento” produz efeitos após a assinatura pelos representantes dos Parceiros e vigorará por tempo indeterminado, até que a maioria dos parceiros entendam revê-lo ou pôr-lhe termo.

Lisboa, 12 de Junho de 2021

A ROCHA Portugal

Maria da Conceição Braga de Almeida Santos

Assinatura: _____

Aliança Evangélica Portuguesa - AEP

António Francisco Lopes e Calaim

Assinatura: _____

Conselho Português de Igrejas Cristãs - COPIC

José Jorge Tavares de Pina Cabral

Assinatura: _____

REDE Cuidar da Casa Comum

Rita Maria Pardal Monteiro Coelho Beirão da Veiga

Assinatura: _____

A CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA

José Ornelas Carvalho

Assinatura: _____